



Contributo livre para a segunda sessão da Convenção Nacional do Ensino Superior:
“Investigação, Inovação e Ensino: os desafios para 2030”

Rumo à valorização do trabalho científico

A investigação científica é um pilar fundamental para o desenvolvimento social, tecnológico e económico do país. No entanto, Portugal tarda em reconhecer devidamente uma importante franja dos intervenientes ao serviço da Ciência. A valorização profissional dos Investigadores continua a não ser discutida de forma séria e transparente, e a ser posta à margem dos debates e convenções existentes. Os direitos e deveres, de quem é responsável por muita da Ciência desenvolvida em Portugal são assim, constantemente, ignorados e retirados das agendas, resultando num agudizar dos problemas existentes.

O presente contributo sugere quatro tópicos essenciais para um debate que tenha em vista o futuro do país:

- **Fomento do acesso e progressão na carreira**

Recentemente têm surgido vozes a defender a criação de uma Carreira Única que substitua as atuais Carreiras Docente e de Investigação (esta última definindo na maioria das Universidades). Na realidade esta não é uma questão essencial dado que, teoricamente e no abstrato, qualquer das soluções poderá ser facilmente defensável e poderia conduzir a bons resultados, assim se preveja o desempenho de funções de docência e de investigação. O que urge verdadeiramente discutir e perceber é se os vários intervenientes e decisores pretendem realmente fomentar o acesso à carreira.

Independentemente do enquadramento legal da carreira, é urgente perceber se irá existir uma carreira e um orçamento estratégico para quem se dedica maioritariamente à Ciência! Adicionalmente, é essencial discutir e definir critérios de avaliação transparentes para estimular os profissionais que já se encontram numa carreira (Docente ou de Investigação) e criar e tornar claras as oportunidades de ingresso numa carreira nas diversas instituições.

As instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) apregoam que são os seus Docentes, com escassos recursos, que desenvolvem a Investigação Científica, ignorando um sistema paralelo onde gravitam largas centenas de profissionais com vínculos precários. Estes participam de forma efetiva, essencial e preponderante em toda a Ciência desenvolvida, atuando a todos os níveis, desde supostos ‘início de carreira’ até ‘topo de carreira’. É este capital humano que muito tem contribuído para o sucesso das instituições do SCTN. Uma sociedade baseada no conhecimento, como é desígnio conhecido, requer a valorização e reconhecimento dos profissionais ao serviço da ciência. Mas, a falta de



investimento real, a completa irresponsabilidade social, e a convivência do poder político e fiscalizador, tem sido um terreno fértil para a proliferação dos vínculos laborais precários na Ciência.

- **Investigação científica nas universidades**

Como estão definidas as funções de ensinar e investigar no atual regime? A norma é 'uma instituição com dois sistemas': um sistema estável com financiamento estrutural para os que estão na carreira docente ou de investigação (estes últimos, poucos, dada a possibilidade de recurso a outros vínculos mais precários) e um sistema liberal, quase exclusivamente assente em financiamento competitivo, para a maioria dos outros investigadores (que por vezes também dão aulas), recorrendo a diversas tipologias de contratos precários. É preciso clarificar a visão das instituições quanto à investigação. Declarações de reitores e dirigentes de instituições de ensino superior, onde defendem que a investigação científica não tem carácter permanente, que as universidades não precisam de investigadores, que a investigação é por natureza uma atividade efémera, que a missão das universidades pressupõe uma rotação elevada dos seus investigadores, entre outros argumentos, não se coadunam com a missão dessas instituições nem com os indicadores por que se regem. A investigação não pode apenas ser valorizada quando se trata de orgulhosamente publicitar prémios e lugares nos rankings, alcançados à boleia da investigação científica.

- **O papel das instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL)**

O número de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL) aumentou consideravelmente nos últimos anos. Muitas destas instituições foram criadas por instituições públicas de ensino superior como expediente para contornar as restrições impostas pela legislação transversal a toda a Administração Pública. Em muitos casos, a gestão das IPSFL é realizada diretamente por dirigentes das instituições públicas que as criaram, ou por pessoas por eles nomeadas. Constituem assim claras extensões da instituição pública a que estão associadas, sendo casos notórios os que nem sequer dispõem de existência física. De notar ainda que estas entidades são maioritariamente financiadas por fundos públicos.

Recentemente, estas entidades têm também sido utilizadas para vincular a contratação a termo de investigadores e outros profissionais não docentes, não permitindo o acesso destes a uma carreira. Mas, este *modus operandi* continua a servir outputs científicos às Instituições públicas, e consequentemente sustentando as suas posições nos rankings de universidades. Como resultado desta solução é fácil encontrar profissionais com vínculo a uma IPSFL a trabalhar em benefício de uma instituição pública, em unidades de investigação dessa mesma instituição lado-a-lado e com as mesmas funções de colegas vinculados a essa instituição pública. É vital discutir as vantagens e as desvantagens deste tipo de IPSFL. A existirem, é urgente a sua regulamentação com transparência e com as exigências adequadas.



Organismos a quem se exige transparência como MCTES e a FCT têm sido coniventes com este tipo de atuação, aceitando que a IPSFL e a instituição pública que a criou possam ser a mesma instituição ou instituições diferentes em função da circunstância, sem critérios claros e coerentes.

- **Financiamento e estratégia**

O subfinanciamento da Ciência em Portugal é, reconhecidamente, o maior problema do SCTN. É fundamental aumentar os níveis de financiamento e garantir a estabilidade dos mecanismos de financiamento. O SCTN não devia ser tão intensamente afetado pelos ciclos políticos, estes são demasiado curtos para oferecerem as condições mínimas para o sucesso da Investigação e Inovação em Portugal. Sem verdadeira vontade política para um investimento sério no SCTN o desígnio de alcançar uma sociedade baseada no conhecimento nunca se tornará uma realidade.

Muito consensual, mas nem por isso com maior debate em termos de planos de ação, é a definição de uma política científica para lá do curto prazo. Para além de estabilidade das políticas e previsibilidade do financiamento, urge exigir ao governo um orçamento estrutural para a Ciência.

É igualmente importante garantir que a estratégia para a Ciência não esteja refém do desenvolvimento tecnológico e aplicação empresarial direta como critérios únicos de orientação. A investigação nos domínios das ciências sociais e humanas, bem como a investigação fundamental em todas as áreas foram, são e sempre serão cruciais para o desenvolvimento da sociedade.